



Justiça Restaurativa e Conflitos Identitários na Amazônia Brasileira: Comunidades Tradicionais do Oeste do Pará

Marco Antonio Godinho Dos Reis e Nirson Medeiros da Silva Neto

Embora seja um modelo de administração de conflitos só recentemente adotado no Brasil e que, no contexto brasileiro, vem sendo protagonizado no âmbito do Poder Judiciário, a Justiça Restaurativa possui sua matriz em bases comunitárias de gestão de conflitualidades sociais e interpessoais, mormente voltada para a situação do crime, entendido pela lente restaurativa como uma violação de pessoas e relacionamentos (ZEHR, 2007 e 2008). E não obstante, este Plano de Trabalho objetivou investigar as condições de possibilidade da realização de intervenções restaurativas em cenários de conflito identitário que envolvem comunidades tradicionais do oeste do Pará. O Plano de Trabalho partiu de uma reflexão em torno da noção de identidade e dos conflitos que emergem em decorrência de processos de identificação coletiva, abordando diversos aspectos relacionados a esta temática, tais quais as relações dialéticas entre endodefinições e exodefinições, as fricções entre identidades coletivas e identidades pessoais, entre outras questões. Adotou-se uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, consorciando os aportes teórico-metodológicos da Psicologia Social, do Direito e da Antropologia. Para tanto, além de um prévio levantamento bibliográfico, valeu-se de uma etapa de intervenção, baseada em métodos colaborativos e participativos característicos das práticas restaurativas, a saber, os processos circulares, através da metodologia dos círculos de construção de paz (PRANIS, 2010 e 2011; PRANIS & BOYES-WATSON, 2011) e dos círculos de comunicação não violenta (TDH, 2011; ROSENBERG, 2006). Esta etapa foi sucedida por outra de caráter reflexivo e interpretativo das experiências de intervenção restaurativa, em que se realizou uma hermenêutica dos casos e uma análise crítica das intervenções. Os casos analisados ocorreram em Murumurutuba, Murumuru e Patos do Ituqui – comunidades quilombolas localizadas no município de Santarém, Oeste do Pará – nos anos 2017 e 2018, onde obteve-se resultados como a contextualização destes conflitos enquanto imersos em processos de territorializações específicas e de consolidação de identidades coletivas que fomentam conflitos com peculiar complexidade e epifenômenos em torno de elementos como a passagem de gado e usufruto dos açazais. Por fim, concluiu-se que a partir do novo paradigma que a Justiça Restaurativa traz, baseada na inclusão, no diálogo e na responsabilidade social, promove-se um conceito de democracia ativa que empodera indivíduos e comunidades para a pacificação de conflitos de forma a interromper as cadeias de reverberação da violência, sem retirar-lhes o poder de autodireção e autodeterminação e a dar voz a todos da comunidade mitigando disparidades nas relações de poder.